

Os Cistercienses em Portugal e na Covilhã, em particular, na transição da Idade Média para a Moderna.

António dos Santos Pereira
asp@ubi.pt

RESUMO

Para perceber a importância que a Ordem de Cister assumiu na História Portuguesa, impõe-se uma observação atenta sobre a sua implantação durante a Reconquista e o seu posicionamento em outros momentos decisivos, notando a sua ligação aos principais poderes, particularmente ao Monarca. Não restam dúvidas sobre a proximidade entre D. Afonso Henriques e o abade de Claraval, S. Bernardo. O nascimento de Portugal coincide com os seus primeiros estabelecimentos no país no século XII, em movimento idêntico ao da Reconquista e que atinge o espaço da Covilhã, onde os cistercienses se estabeleceram antes de qualquer outra Ordem nos primórdios do século XIII. No entanto, a abadia covilhanense sente dificuldades de adaptação aos novos tempos, na transição da Idade Média para a Modernidade, não conseguindo vencer o isolamento e a dependência de outras instituições localizadas muito longe, como Alcobaça, vindo a ser extinta.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem de Cister, Abadia de Santa Maria da Estrela, Covilhã, Idade Média, Modernidade.

ABSTRACT

To understand the importance that the Cistercian Order had in Portuguese history, it calls for a close observation of its implementation during the Reconquista and its position in other decisive moments, noting their connection to the other powers, particularly the King. There is no doubt about the proximity between D. Afonso Henriques and the Abbot of Clairvaux, St. Bernard. The birth of Portugal coincides with its first establishment in the country in the twelfth century, in the same movement to the Reconquista and reaches the space of Covilhã, where the Cistercians settled before any other order in the thirteenth century beginnings.

However, the Covilhã abbey will feel difficulties in adapting to the changing times, the transition from the Middle Ages to Early Modernity, failing to overcome the isolation and dependence on other institutions located far, as Alcobaça abbey, and has been extinguished.

KEYWORDS

Cistercian Order, Covilhã, Abbey of Santa Maria da Estrela, Middle Ages, Early Modernity

INTRODUÇÃO

Um cacho de invenções impôs transformações visíveis em um mundo mais largo, por força dos Descobrimentos, e dotado de maior mobilidade, mesmo ao nível social: no âmbito civilizacional, o desenvolvimento urbano, a multiplicação do livro pela imprensa, como fenómeno particularmente citadino; no âmbito político, a afirmação de um Estado centralizado e do poder do Príncipe; na esfera religiosa, o aparecimento da Reforma e da Contra-Reforma, mas com várias implicações na sociedade em geral, cada vez mais letrada; e na base material, a aspiração ao enriquecimento, em economia mercantil, em membros de vários estados sociais. Propomo-nos conferir como tais transformações implicaram com a importância da Ordem de Cister e das outras ordens religiosas, no caso português e no covilhanense, em particular, entre os séculos XV e XVI. Com efeito, para perceber a importância que os monges daquela instituição eclesiástica tiveram na História Portuguesa, impõe-se uma observação atenta sobre a sua implantação durante a Reconquista e o seu posicionamento em outros momentos decisivos, notando a sua ligação aos principais poderes, particularmente ao Monarca. Não restam dúvidas sobre a proximidade entre D. Afonso Henriques e o abade de Claraval, S. Bernardo. Já no reinado de D. Dinis, os monges alcobacenses estiveram na criação e no financiamento da *Universitas Portugalensis*, a matriz de todas as nossas universidades públicas, destacando-se o seu abade como o primeiro entre os membros fundadores nomeados em 1288 na petição ao Papa para aquele efeito e confirmamos as responsabilidades que assumiram na formação das elites cultas do país desde a sua origem (CUP 1966: 6 e 8). Sabemos ainda que modelaram o paradigma de beleza sóbria da arquitetura lusa desde os primórdios e reuniram algumas das mais importantes livrarias antigas dos primeiros espaços cultos portugueses. Durante os séculos XII e XIII, em Alcobaça, foram copiados os livros atribuídos a S. Bernardo na bela escrita carolina. Posteriormente, a gótica rotunda pode ser vista nos seus escritórios em processo de aperfeiçoamento, no entanto, comum a toda a Europa Ocidental. São muitos os códices provenientes de Alcobaça que hoje repousam na Biblioteca Nacional de Portugal. Ao todo, foram integrados naquela instituição quatrocentos e sessenta e um códices manuscritos com datas entre os séculos XII e XVIII provenientes da livraria de Santa Maria de Alcobaça, alguns deles ricamente iluminados. Todavia devemos notar que, em 1834, em contexto liberal, o Estado se apropriava dos muitos livros impressos que foram sendo acumulados no Mosteiro desde o século XV, ao todo 28 caixotes cheios deles, para catalogação, que entraram na Real Biblioteca Pública hoje dita Nacional, em Lisboa. Aos monges daquele mosteiro, para além da grande transformação agrícola desde o século XII, devemos atribuir os incentivos à produção de

papel na região da Estremadura e nas envolvências do mesmo, desde os primórdios do século XV, já notada em 1537. Consideramos também que tanto as ditas marcas de sobriedade, na sua arquitetura, como a simplicidade na satisfação quotidiana das necessidades fundamentais, na alimentação, no vestuário, na habitação e até na festa, ainda vigentes nas generalidade das práticas sociais portuguesas, devem ser radicadas neles. De facto, a Ordem de Cister marcou a cultura portuguesa em todas as suas expressões, desde a esfera material e a político-administrativa, até à cúpula espiritual. O nascimento de Portugal coincide com os seus primeiros estabelecimentos no país no século XII, em movimento idêntico ao da Reconquista e que atinge a Cova da Beira, onde se estabeleceram antes de qualquer outra Ordem Religiosa, não militar, ainda que devam também ser considerados os investimentos dos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra como já demonstramos em outra parte (PEREIRA 2009: 96). No espaço da Abadia cisterciense da Boidobra, foram normalizadas as relações entre os homens bons da Covilhã e os cavaleiros da alcaidaria-mor da Ordem do Templo de Castelo Branco depois de décadas de tensões. Segundo Alexandre Herculano, o conflito sangrento que opôs, em 1225, os homens-bons da Covilhã à Ordem do Templo, foi resolvido por intervenção do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, cinco anos depois (HERCULANO 1980-1981: 580-582). Os domínios da abadia covilhanense estenderam-se desde o Douro à Cova da Beira em movimento idêntico ao dos seus primeiros repovoadores, como já demonstramos em outro lugar e parece-nos haver algum mistério nas razões que levaram à sua extinção para além das alterações civilizacionais que enumeramos (PEREIRA 1997: 201-221). Tentaremos explicar estas no facto de alguns estabelecimentos cisterciense refletirem uma estranha incapacidade de adaptação aos novos tempos, na transição da Idade Média para a Modernidade não conseguindo vencer o isolamento e a dependência de outras instituições localizadas muito longe, como Alcobaça, demonstrando, portanto, a falta de liderança interna, o afastamento de um espaço urbano dinâmico, que funda agora a sua riqueza mais na transformação manufatureira do que na agricultura, e a incapacidade de concorrência, no plano espiritual, com os dois conventos franciscanos, empenhados junto das gentes, e mais de uma dezena de freguesia, só no espaço da então nobre vila, por rendas para satisfação dos benefícios eclesiásticos, uma delas com presunção a sede diocesana, como Santa Maria da Covilhã, afinal com a mesma invocação na proteção celeste. Também podemos considerar que o movimento inicial Norte/Sul dera lugar a um outro movimento Interior/Litoral.

A bibliografia sobre a Ordem de Cister, particularmente a grande Abadia de Alcobaça, é muito extensa, mas cumpre-nos informar aqui acerca da principal, estudiosos que somos dos segredos das bibliotecas antigas e das melhores edições dos nossos dias. Sobre Alcobaça, coube a Manuel Vieira da Natividade (1860-1918) e aos seus filhos, António, e Joaquim (1899-1968), a liderança dos estudos a propósito: Os temas por eles abordados são os mais diversos, embora orientados para a interessante tríade: a arte, a escola e a agricultura. As informações, que eles nos deixaram, em colaboração com um dos primeiros grandes fotógrafos, Marques Abreu (1879-1958), permitem-nos conferir a integração de um mosteiro em paradoxal espaço urbano. D. Maur Cocheril aproveitou muito bem o apoio, que os membros desta família lhe proporcionaram, tanto para o estudo daquela abadia como para o desenvolvimento, que depois continuou, sobre a presença cisterciense em todo o país. No entanto,

a capacidade paleográfica de D. Maur Cocheril levou-o muito mais além, até à Idade Média e aos primórdios da formação da nação lusa. Dar-lhe-emos alguma atenção para perceber, em particular, a viragem da Idade Média para a Moderna. As transformações na Ordem de Cister no decorrer do século XV e as suas consequências nos mosteiros portugueses já foram profundamente estudadas pelos historiadores, nas suas implicações económicas, sociais e religiosas por Saul António Gomes e Maria Alegria Fernandes Marques e retomados agora na perspetiva da História da Arte e da região beirã por Ana Maria Tavares Martins (MARTINS 2012 e 2013).

A escrita da História Portuguesa beneficiou, pois, muito com os inúmeros trabalhos de D. Maur Cocheril. Todos eles revelam uma seriedade inabalável e a mais excelente qualidade editorial. Esta resultou da intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian e da sua concretização pela excelente tipografia Barbosa e Xavier, que conhecemos de forma próxima nos seus melhores anos. Devemos frisar a importância da leitura de algumas peças dos autores já citados para perceber a evolução das construções cistercienses em Portugal e também a sua decoração, sobretudo no que toca à azulejaria, tanto na sua produção, como distribuição e colocação. Aquelas, em mais pormenor Alcobça, compendiam a evolução dos estilos artísticos e os motivos da decoração em Portugal desde o Românico do século XII até ao Romântico do século XIX.

Quanto aos livros que se fizeram nas abadias cistercienses, dispomos daqueles que foram recolhidos, em 1834, no zénite da Revolução Liberal que transformou em património do Estado todos os mosteiros e conventos e os respetivos espólios. Na Biblioteca Nacional Portuguesa e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, estão disponíveis as livrarias e espécies documentais da maioria das abadias cistercienses, uma imensidão de códices manuscritos e de livros e outros materiais impressos desde a invenção dos caracteres tipográficos móveis, que tornam estas instituições em dois centros de maior interesse do Património Espiritual da Humanidade. Algumas espécies são espantosamente ricas particularmente pela beleza da iluminuras e qualidade da encadernação, que apresentam, e são dignas de estudos de pormenor, mas há ainda alguma documentação em França, nos Archives de l'Aube, do Fundo de Claraval, que devia ser analisada seriamente para uma visão mais completa da abadia de Santa Maria da Estrela da Covilhã. Abordemos, no entanto, o tema que nos traz aqui, sem mais delongas

A ORDEM CISTERCIENSE E PORTUGAL, NA TRANSIÇÃO DA IDADE MÉDIA PARA A MODERNA, E A SUA EXPRESSÃO NA COVILHÃ, ENTRE UMA ABADIA E UM FEITORIA, QUE SE EXTINGUEM.

Se tivéssemos herdado um pouco do talento de Alexandre Herculano, na sua prosa opulenta e de poéticos recortes, à semelhança do que ele fez, para Lisboa dos primórdios de Quatrocentos, no tomo II do *Monasticon*, o *Monge de Cister*, nós daríamos da Covilhã a melhor imagem: a de um burgo medieval a multiplicar-se em ruas estreitas, escadinhas e becos, dentro e fora das suas muralhas. Para além da igreja matriz de Santa Maria, extraordinariamente rica e situada no casco mais antigo, nós havíamos de descrever os mais pequenos templos de Santa Maria Madalena e Santa Marinha,

e ainda as ermidas de S. Martinho, Santo André, S. Silvestre, Santiago, S. João Mártir in Colo, S. João do Hospital, S. Bartolomeu, S. Lourenço, S. Miguel, S. Pedro e S. Salvador, uma ladainha quase completa, se aos oragos ditos, acrescentássemos as outras invocações dos altares menores de cada igreja. Os homens antigos, crentes e devotos, descobriam no céu os protetores para cada momento do quotidiano. Entretanto, já se perderam algumas daquelas invocações nas peripécias dos tempos e na falta de memória dos homens. Como historiadores atentos, também não havíamos de esquecer o rico convento de S. Francisco, de que sobra apenas a igreja de Nossa Senhora da Conceição, sepulcro dos influentes Castros e Cabrais, e menos ainda, a vetusta sinagoga e a ouvidoria judaica de toda a Beira, aquém da Estrela. Estas eram duas instituições assinaláveis no Interior de Portugal, nos finais da mesma centúria, poucos anos antes de Pero Álvares Cabral, de Belmonte, descobrir o Brasil e chegar à Índia, com a primeira armada verdadeiramente poderosa, depois da viagem exploratória de D. Vasco da Gama. Desde o convento de S. Francisco, tomando a rua Direita ao Rossio da então vila, depois Pelourinho e atual Centro Cívico, e andando um pouco mais a ocidente até às Portas do Sol, avistar-se-ia, nas voltas da Boidobra, uma velha abadia cisterciense, hoje perdida, a meia légua do Zêzere, em leito de vale rico de ouro e estanho (PEREIRA 2003, vol I: 364). Assim, esta comunicação podia ser subordinada ao título “à procura da abadia cisterciense e da feitoria do ouro e estanho, perdidas junto ao Zêzere”. Deixamos o desafio a um verdadeiro arqueólogo.

Como Herculano, repetimos, aqui, se tivéssemos encontrado as ruínas daquela velha abadia, dita de Nossa Senhora da Estrela, em dia de soalheira peregrinação, pelos meandros do Zêzere e arredores da Boidobra, nós havíamos de mostrar as suas pedras “aos poetas, aos que ainda crêem na arte e em Deus”, deixando de parte o “quinto império de mentecaptos, dissertadores e ‘mechediços” (HERCULANO 1847: p. XII). Decerto, revelá-la-íamos, pelo primeiro arauto e pregão, à Ana Maria Tavares Martins, a alma generosa do primeiro congresso sobre os Cistercienses na Covilhã porque nela ecoa a paixão de perceber a teia complexa da História, nas suas vertentes naturais e políticas e administrativas, económicas e sociais, nas expressões artísticas e nas suas representações mentais e sobretudo na descoberta do espírito que preside ao Tempo e nele se revela como decorre do pensamento poderoso do idealista Hegel.

De facto, na sucessão dos séculos, também aqui, nas Portas Sol, a nascente da Estrela, um pólo urbano assentou sobre outro e, na convulsão das crises, uma abadia cisterciense, de largo alcance, no Interior de Portugal, desde o vale do Douro aos colos da Gardunha, perdeu-se por mau governo, ou esgotamento de recursos, ou falta de liderança, ou corrupção, ou opções erradas, incapacidade de adaptação aos novos tempos, ou por se ter esgotado aquele ouro do Zêzere, ou por não se ter desenvolvido o cultivo do linho, junto ao mesmo, ou regularizado, e cedeu o seu espaço de influência ao humilde convento de frades capuchos franciscanos de Santo António, este, sem mais terra do que a que aflora entre as fragas graníticas da Estrela, e amanhã nos agrestes socalcos, onde ainda hoje o vemos, depois de quase perdido também na voragem laica dos tempos liberais, apesar de tudo, agora salvo da política recorrente do “bota-abaixo” que o mestre dos historiadores portugueses acima dito já notava (HERCULANO 1847: p. XI). Para o futuro, ele fica como a prova da progressista visão e honra dos primeiros responsáveis da Universidade da Beira Interior, que o transformaram na sua

Reitoria. Não nos deve surpreender o facto de o primeiro bandeirante da desmistificação da História Portuguesa ter querido presentear-nos com um romance como o *Monge de Cister* em que assinala o princípio do fim da Idade Média Portuguesa, em que uma precoce burguesia urbana do litoral quis participar nos destinos do Reino no seu todo, indício da que havia de produzir a Democracia Liberal do seu tempo, que ele mais do que Garrett heroizou por acreditar na virtude individual. Com tal romance, Herculano questionava os senhores medievais, entre eles, os abades de Alcobaça, mas frisava também, em simultâneo, a importância que os seus monges tiveram e continuariam a ter na formação de um Portugal austero, capaz de produzir o que consumia e no desenvolvimento a todos os níveis do país, em particular ao nível cultural. Devemos mesmo confirmar um certo paralelismo entre a fundação e o desenvolvimento dos mosteiros cistercienses e a formação e o povoamento dos espaços portugueses. O século prodigioso da afirmação da Ordem de Cister foi o século XII, em que um surto demográfico do Noroeste Europeu, de sinal contrário ao que hoje vivemos, projetava energias humanas, em cruzadas internas e externas, em cristianização de territórios, e em movimentos amplos, nem sempre bem percebidos e difíceis de regular, construía novos países, como o nosso, e chegava também aos territórios onde Jesus de Nazaré vivera e padecera o calvário. Foram então fundadas 525 abadias independentes, doze delas, em Portugal, a mais importante em Alcobaça, em 1153, com um largo domínio na dita Estremadura na orla do Atlântico, o destino lusíada. Os cistercienses tinham entrado pelo vale do Douro e fundado o mosteiro de Tarouca, dez anos antes, portanto, em 1143, na data precisa em que o país era reconhecido como Estado Soberano pelo papa. O vale fundo do Douro, tão importante na afirmação do Reino, tornava-se vale Cisterciense, um pouco mais tarde, o vale do Alto Zêzere, também.

Curiosamente, em paralelismo de sinal idêntico aos nossos dias, no apelo a uma maior austeridade e de mais rigoroso cumprimento dos votos monásticos, a Ordem de Cister nascia, pela iniciativa de Robert de Molèsme, de uma reforma da Ordem Beneditina em finais do século XI. Além dos votos comuns a todas as Ordens, a pobreza, a castidade e a obediência, aquele reclamava o afastamento do bulício das cidades, que então se desenvolviam, impunha uma mais séria vivência da clausura pelos monges do coro e invocava o silêncio sábio, necessário, para todos, em caminhada de descoberta do paraíso, de proximidade ao divino, ou ao mundo dos valores eternos da Paz, da Justiça e do Amor, recuperando também os ideais da Tranquilidade, da Harmonia e do Diálogo Sereno, que desde Plutarco, todos os melhores pensadores consideravam as mais sábias e definitivas motivações da vida. Por oposição, percebemos o mundo de então, ruidoso, na forma revelada em *Carmina Burana*, com um trovador e um jogral a cada passo. Também os houve na Covilhã dos séculos XII e XIII como já demonstramos em outro lugar (PEREIRA 2008: 19). Cada nova instituição, levantada então, era autónoma e apenas aceitava uma certa tutela da abadia que a havia fundado. Uma vez por ano, o responsável da abadia mãe devia visitar a abadia filha. O princípio da filiação era uma novidade. A abadia cisterciense permanecia unida à que a tinha fundado. Este princípio perfazia-se na ideia da federação de todas as casas cistercienses. Realçamos este ideal federativo, bem antes dos desenvolvimentos de dimensão política, económica, social e cultural dos séculos XVIII, XIX e XX, talvez XXI, que já desenvolvemos em outra parte, realçando o ideal de paz planetária que o move,

desde o abade de Saint-Pierre e, entre nós, manifesto no iberismo que teve como consequência, hoje evidente, mais de duzentos anos de paz absoluta com os nossos vizinhos espanhóis. Por filiação, as abadias portuguesas de Tarouca, Salzedas, Lafões e Alcobaça dependiam da abadia de Claraval em França, sem qualquer outra de permeio, ficando demonstrada a importância que o respectivo abade, S. Bernardo, teve para Portugal, devendo, pois, este Monge dos Monges ser contado entre os santos fundadores e protetores da pátria para os que acreditam na celeste influência. A abadia da Covilhã nasceu no dito movimento demográfico ou de Reconquista norte/sul e foi fundada por Maceira do Dão, vindo a tornar-se, posteriormente, dependente de Alcobaça. Em geral, as abadias eram auto-suficientes pois nos seus termos conseguiam o necessário à sobrevivência da comunidade e assim foi também em Santa Maria da Estrela da Covilhã. A divisão entre monges do coro, vestidos de branco, barbeados e sujeitos à clausura, e os conversos, de barba e vestidos de castanho, permitia que a abadia funcionasse organicamente. Aqueles celebravam, rezavam, estudavam, representando a alma da comunidade. Estes, os ditos conversos, dedicavam-se a toda a ocupação manual, garantindo a subsistência material das comunidades e representavam o seu corpo físico. Entre a atividade dos monges relevamos a cópia de códices. Está documentada esta atividade em Santa Maria da Estrela, Aqui, encontramos Frei Lucas de Boidobra a copiar *Sermones Beatae Mariae aliorumque festivitatum et pro defunctis* e Frei Mendo da Covilhã, *Sermones de tempore* (MARQUES 2002: 322).

Notamos, pois, que os Monges Cistercienses estiveram presentes nos momentos decisivos da História de Portugal até à sua extinção pelos liberais vencedores em 1834. Repetimos que foram decisivos na fundação do Reino através do apoio que o abade de Claraval, S. Bernardo, deu a Afonso Henriques junto do Papado e em outros aspectos designadamente na imagem que este doutor da Igreja deixou de como deve ser o Bom Governante, na obra *Formula Vitae Honestae*, e na percepção que um país de fronteira só sobrevive se extraordinariamente bem organizado e dotado de instituições conscientes da sua missão. Com efeito, coube a S. Bernardo a justificação das Ordens Militares, designadamente a mais decisiva, a Ordem do Templo, no tratado *De Laude novae militiae*. Sabemos também que a Ordem de Avis, colocada na linha da frente da Reconquista, cujo mestre viria a dar origem à dinastia portuguesa que preparou a descoberta do mundo, é uma fundação cisterciense. A sobriedade presente na Corte Portuguesa durante toda a Idade Média não pode deixar de ter sido colhida ainda neles, mesmo no seu ideário artístico de conservação apenas do que era fundamental, harmonioso, equilibrado, e de eliminação do que era espúrio, na procura de uma certa simplicidade, mesmo já da racionalidade, pela via espiritual e purgativa. E devemos trazer à colação um dos mais importantes princípios de reta conduta que o citado doutor da Igreja nos deixou: de guardarmos silêncio quase sempre, mas de manifestar a nossa opinião quando as circunstâncias o exigem, evitando a pior das preguiças, o pecado dos pecados, que a frase latina que deixamos confirma: “In silentio etiam fui occiosus, quod est maximum peccatum” (BERNARDO 1690: 331-332). Traduzimos livremente para mais fácil entendimento: “de vez em quando, fiquei calado por comodismo ou demissão, o maior de todos os pecados”. Os monges de Cister acompanharam D. Dinis na linha da frente da fundação da Universidade Portuguesa, em 12 de Novembro de 1288, doando rendas, formando professores e fornecendo alunos. O Abade de Alcobaça é a primeira figura da lista de peticionários ao Papa para

este fundar uma Universidade em Portugal. Os imediatos foram o Prior de Santa Cruz de Coimbra e o Prior de São Vicente de Fora de Lisboa que também terão uma influência decisiva na Universidade Medieval Portuguesa. Logo depois do protocolo, na dita *narratio*, ao invocar os motivos da petição, consta uma frase que fica bem em epígrafe de uma qualquer dissertação ou tese, ainda hoje, no latim do tempo “per scientiam mundus illuminatur” e que repetimos, em tradução literal, “o mundo é iluminado pela ciência”. Não urge desenvolvimento tal asserção. Apesar de inicialmente hesitantes, os Monges de Cister estiveram presentes na garantia da independência face a Castela na crise de 1383-1385. A propósito, diz Herculano, no *Monge de Cister*, em estilo grave, nesta parte (HERCULANO 1847: 115-116):

“Do número dos irresolutos foi a princípio o abade de Alcobaça, que, senhor de quinze vilas e de dois castelos, e fronteiro de quatro portos de mar, seria sem dúvida aliciado por ambos os partidos contendores para se unir a eles. De um documento, mandado exarar em Abril de 1385 pelo arcebispo de Braga, D. Lourenço, se vê que o reverendo abade favorecera el Rei de Castela, prestando-lhe abundantes vitualhas para o seu exército, quando viera sobre Lisboa. É certo, porém, que quando se deu a batalha de Aljubarrota, ele mandou seu irmão Martim de Ornelas, com um bom troço de gente, em socorro do Mestre de Aviz, pelo qual se havia formalmente declarado nas Cortes de Coimbra, celebradas pouco antes e em que o Mestre fora proclamado rei”.

O esboço que aquele historiador faz deste abade de Alcobaça, D. João de Ornelas, é o de um autêntico senhor feudal, um tiranete, com alguns traços de um príncipe do Renascimento, habilidoso no que concerne às relações com o poder. Todavia, a imagem cisterciense sofrerá maiores danos com a instituição dos abades comendatários, entre eles, o mais conhecido por nós, o Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa, que coloriu de negro os ditos monges brancos cisterciense, que assim vestiam, para se distinguirem dos beneditinos, exaurindo as suas rendas, que despendia na opulenta Roma de então (PEREIRA 2003, vol. I: 149, 272 e nota 210). A centralização do poder conduziu a tal regime, já consolidado no reinado de D. Manuel I. A entrega de imensas rendas dos mosteiros nas mãos de figuras poderosas, residentes fora dos mosteiros, deixava as instituições sem fundos para as obras de conservação de edifícios antigos, em alguns casos, sobredimensionados para o número dos monges residentes que os procuravam por vocação. Em meados do século XV, no preciso momento em que Bizâncio caía às mãos dos Turcos Otomanos, Alcobaça ganhava alguma independência face a Cister e afirmava-se sobre todas as casas portuguesas (SANTOS 1710: 280-284).

Maria Alegria Fernandes Marques dá-nos a mais completa imagem da decadência da Ordem no trânsito da Idade Média para a Moderna (MARQUES 2001). Todavia, a mesma já estava manifesta na *Peregrinatio Hispanica* de Frère Claude de Bronseval de 1531-1533 em que Dom Edme de Saulieu, abade de Claraval, observava o excesso de mulheres nos mosteiros, porém, a falta de homens nas respetivas instituições masculinas e uma aparente promiscuidade que antecipava as críticas mais mordazes dos tempos da ilustração. O caso extremo verificava-se na Covilhã onde havia apenas um monge em vale de miséria em 1536. O desvio de rendas, a falta de cultura, a promiscuidade e o nepotismo tinham-se acentuado e nada sobrevive sem disciplina e trabalho honesto.

Não deixa, pois, de ser misterioso que aquele mosteiro, estabelecido nas raízes da Estrela, a meia

légua da Ponte Pedrinha sobre o Zêzere e a caminho do Teixoso, dotado de um senhorio muito vasto, com interesses desde Riba Douro à Ribeira da Meimoa, proprietário das herdades da Galiana e do Revelido, no centro da Cova da Beira (ANTT, IE, C. *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10 n. 27) e de três casais junto ao Fundão (SARAIVA 1934: 267), tivesse decaído a este ponto. Além dos direitos territoriais, a abadia tutelara ainda algumas paróquias, entre elas, a Rapoula e a Capinha (PEREIRA 2009: 468-470), de que devia receber a terça parte dos dízimos que os priores daquelas freguesias lhe sonegavam (ANTT, IE, C. *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 36, perg. 33). Ao longo do século XIII, acumulara e organizara o seu património ANTT, IE, C. *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41 pergaminhos 5 e 326). A posse de terras em Riba Douro, designadamente, em S. Salvador de Resende, S. Mendinho, Pera e Pena em Trás-os-Montes, indicia a proveniência dos primeiros povoadores depois da Reconquista, que lhe terão feito a doação das mesmas. O prestígio que esta abadia desfrutava no século XIII permitir-lhe-á regular a contenda ou disputa de terras entre os homens bons da Covilhã, de expressão concelhia, e a Ordem do Templo, com uma alcaidaria-mor em Castelo Branco (HERCULANO 1980-1981, vol. IV: 580-582).

A gestão posterior pouco cuidadosa do respetivo património, notada logo nas primeiras décadas de Trezentos e mantida em Quatrocentos, contribuiu obviamente para a supressão deste mosteiro. Assim escrevia o abade de Alcobaça a Frei Pedro, abade deste mosteiro, antes de 1320: “Nossos antecessores encartaram e enprazaram e enlhearom gram peça de possysões desse moesteiro que per esta razom é deytado en pobreza” (ANTT, IE, C. *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41, perg. 362). Não nos parece que a permuta de terras e outros bens ao longo do século XV tivesse acautelado os interesses do Mosteiro (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41, perg. 349 e ANTT, IE, C. *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10, n. 32). As sucessivas tutelas, inicialmente pelo Mosteiro de Alcobaça, depois, pelo monarca, em 1450, e finalmente por S. Paulo de Coimbra, colaboraram em tal fatalidade. Decerto, à situação de dependência e à má gestão, associaram-se outros fatores que tiraram importância à terra: o refluxo demográfico provocado pela peste negra, em meados do século XIV; a guerra prolongada com Castela, depois da crise de sucessão de D. Fernando, em 1383; e, repetimos, a alteração do movimento dos excedentes demográficos. Os caminhos do Norte/Sul eram substituídos pelos caminhos do Mar. Entretanto, o mosteiro revelava-se incapaz de uma boa administração das suas terras e, em vão, o monarca privilegiava eventuais servidores do mesmo (ANTT, *Leitura Nova, Beira*, liv. 2, fl. 16). Sem dúvida, as muitas igrejas covilhanenses também esgotavam as vocações eclesíásticas locais, porquanto, em 1508, o cabido do mosteiro reunia apenas o respectivo abade, D. Francisco da Costa, e frei Pedro de Barcelos. Em 1533, ainda cobrava anualmente rendas equivalentes a uma grande freguesia: 70.000 rs (BRONSEVAL 1970: t. II, p. 572). Todavia, os seus monges já muito dificilmente compreendiam o latim. A solução para a decadência foi a integração no Real Colégio de S. Bernardo de Coimbra, em 1579, por deliberação do Capítulo Geral, reunido no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Entretanto, o espaço urbano da Covilhã crescia e tornava-se o mais importante no Interior Português, contando 15 freguesias em 1549, ano em que reivindicava junto do papado a criação de uma sede diocesana na sua matriz, Santa Maria da Covilhã. Em simultâneo, levantavam-se os novos conventos franciscanos: o de Nossa Senhora do Seixo, no Fundão, em 1526,

e o de Santo António, na Covilhã, em 1553, e era instituída a sua Misericórdia em 1577. Em meados do século XVIII, da velha abadia, sobrava apenas uma pequena igreja sob a tutela daquela instituição universitária conimbricense.

QUADRO 1 FREGUESIAS DA COVILHÃ EM 1549

Invocação	Apresentação	Renda	Terça dos Dizimos
		Rs	Rs
Santa Maria	Rei	80.000	25.000
Santa Maria Madalena	?	-	6.000
Santa Marinha	Rei	15.000	7.000
Santiago	Rei	10.000	8.000
Santo André	Papa	13.000	6.000
São Bartolomeu	Rei	60.000	9.000
São João Mártir in Collo	Rei	30.000	12.000
São João do Hospital	?	-	4.000
São Lourenço	?	-	1.000
São Martinho	Rei	13.000	1.500
São Miguel	?	-	200
São Paulo	Bispo e Papa	13.000	4.000
São Pedro	Cabido da Guarda	20.000	8.000
São Salvador	Bispo	13.000	4.000
São Silvestre	?	-	8.000
Total		267.000	72.700

CONCLUINDO

Na sua génese, em termos mais amplos, o melhor Portugal, de expressão política, universitária, artística e culta, e, localmente, a mais produtiva Covilhã, com a sua fértil agricultura, notável na fruticultura e na criação de gado, um desenvolvido aparelho produtivo, nos curtumes, na feitoria dos panos e na mineração do estanho e do ouro da Estrela, têm a marca cisterciense. A Covilhã medieval, de larga influência em todo o Interior Português, por ação dos seus mercadores e trânsito dos seus rebanhos, beneficiou do estabelecimento da abadia de Santa Maria da Estrela, junto da principal via Norte/Sul no Interior Português, bem perto do aurífero Zêzere, na Boidobra. A má gestão dos seus recursos, a falta de vocações localmente, e alguns fatores externos, particularmente

a mais atrativa vida nos claustros do opulento e urbano Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça ou nos colégios conimbricenses, fizeram-na decair e ceder a sua importância local, mas de sinal rústico, aos mais empenhados franciscanos, nos espaços urbanos, onde, afinal, tudo se decide como ainda hoje dizem os sábios economistas. Também notámos a alteração do movimento inicial Norte/Sul de repovoamento para um movimento de sentido Interior/Litoral que implicou com a História Portuguesa e a Planetária. No entanto, o desaparecimento da Abadia não deixa de levantar algum mistério que deixamos para futuras indagações pois coincide com o desaparecimento da feitoria do ouro e do estanho da Serra da Estrela.

FONTES

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10 n. 27 (ant. 391), perg.: Emprazamento das terras que o Mosteiro de Santa Maria da Estrela da Covilhã tinha em Riba Douro a Álvaro Fernandes», Boidobra, 29 de Março de 1508.

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10, n. 27v, perg.: cessão de aforamento em 1509.

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10, n. 32: «Composição amigável entre o Mosteiro de Santa Maria da Estrela, representado pelo seu abade e João Domingues e sua mulher, moradores no Teixoso, pela qual estes deixavam ao mosteiro uma casa, em troca de todos os outros emprazamentos feitos pelo mosteiro a estes». Mosteiro de Santa Maria da Estrela da Covilhã, 24 de Abril de 1475.

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 36, perg. 33: Sentença a favor da abadia de Santa Maria da Estrela contra os priores de Capinha e da Rapoula sobre as terças dos dízimos que estes sonegavam aquela. Covilhã, 13 de Julho de 1340.

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41 perg. n.º 5: Frei Afonso, abade de Santa Maria da Estrela e o respetivo convento, doam a Domingos Peres e a Catarina Gil o casal que o Convento tinha no Tortosendo em escambo por herdade na Meimoa, Covilhã, 16 de Março de 1288

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41 perg. n. 326: Gonçalo Gil doa os bens que tinha em Silvares a Santa Maria da Maceira da Estrela, Covilhã, 10 de Setembro de 1282.

ANTT, *IE, Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41, perg. 349: Escambo de herdade pertença do Mosteiro de Santa Maria da Estrela por outra herdade de Lourenço Anes, morador na Boidobra, por esta estar junto do Mosteiro», Covilhã, 31 de Dezembro de 1431.

ANTT, *IE, C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 41, perg. 362: Treslado de carta de Frei Martinho, abade de Alcobaça, a frei Pedro, abade do Mosteiro de Santa Maria da Maceira da Covilhã, sobre a má

administração do património deste e emprazamento novo das herdades da Galiana e do Revelido, junto à ribeira da Meimosa, a Pedro Durão e sua mulher Teresa Domingues, Covilhã, 4 de Setembro de 1320

ANTT, *Leitura Nova, Beira*, liv. 2, fl. 16: Carta por que D. Afonso V concede ao Mosteiro de Santa Maria da Estrela, junto à Covilhã o privilégio de ter quatro lavradores privilegiados dentro da cerca do mosteiro, em 17 de Julho de 1470.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDO, Santo (1690). *Meditationes Piissimae*. in *Opera Omnia*. Vol. II. Tomos V e VI, Paris, Petri Aubouyn, Bibliopolae & Typogr. Serenissimi Burgundiae Principis, Petri Emery, Carolo Clouzier.

BRONSEVAL, Claude (1970). *Peregrinatio Hispanica* (Introduction, traduction et notes para Dom Maur Cocheril, moine cistercien. 2 vols., Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

CUP (1966). *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), vol. I (1288-1377). Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

COCHERIL, Fr. Maur (1957). Les Monastères Cisterciens du Nord du Portugal. In *Collectanea Ordinis Cisterciensium Reformatorum*. t. XIX (1957) n. 1, p. 66-76, n. 2, p. 163-182, n. 4, p. 355-370.

COCHERIL, Fr. Maur (1959). *Abadias cistercienses portuguesas*, sep. Lusitania Sacra, 4 (1959).

COCHERIL, Fr. Maur (1959b). *Saint Bernard et le Portugal: A propos d'une lettre apocryphe*. Louvain : Wetteren.

COCHERIL, Fr. Maur (1959c). L'Ordre de Citeaux au Portugal: le problème historique. sep. *Studia Monastica*, 1. Montserrat : Abadia.

COCHERIL, Fr. Maur (1960). Recherches sur l'Ordre de Citeaux au Portugal, sep. *Bul. Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. 22. Lisboa : Bertrand.

COCHERIL, Fr. Maur (1961a). L'héraldique cistercienne portugaise. sep. *Armas e Troféus*, 2a Sér., 2. Braga, [s.n.].

COCHERIL, Fr. Maur (1961b). William Beckford et la cuisine d'Alcobaça. sep. *Museu*, 2a Sér., 2.

Porto, [s.n.].

COCHERIL, Fr. Maur (1963). Les abbayes cisterciennes portugaises du XIIe siècle. Sep. *Bracara Augusta*, 14-15, Braga, [s.n.].

COCHERIL, Fr. Maur (1965). *Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Panorama.

COCHERIL, Fr. Maur (1966). *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Paris : Les Belles Lettres.

COCHERIL, Fr. Maur (1968). Les ordres militaires cisterciens au Portugal. *Bulletin des Etudes Portugaises*. nouv. série, T. 28-29 (1967-1968). Amadora : Of. Gráf. da Livr. Bertrand.

COCHERIL, Fr. Maur (1970). *Peregrinatio hispanica : voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533) par Claude de Bronseval*; avant-propos de Marcel Bataillon; introd., trad. et notes par Maur Cocheril, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, Paris: Presses Universitaires de France.

COCHERIL, Fr. Maur (1971). Une description du Portugal au XVIe siècle. Sep.: *Arquivos do Centro Cultural Português*. V. 3. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

COCHERIL, Fr. Maur (1972). Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

COCHERIL, Fr. Maur (1974) Les azulejos de l'abbaye cistercienne de Cós, en Estremadura. Sep. *Arq. Centro Cult. Português*. 8. Paris: Fond. Caloust Gulbenkian, 1974 ;

COCHERIL, Fr. Maur (1975). Alcobaça: capitale de citeaux au Portugal. sep. *Actas Colóquio "Papel das Áreas Regionais na Formação de Portugal"*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

COCHERIL, Fr. Maur (1976). Les abbayes cisterciennes portugaises dans la seconde moitié du XXe. Siècle. Sep. *Arq. Centro Cultural Português*. 10. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COCHERIL, Fr. Maur (1978a). Les Infantes Teresa, Sancha, Mafalda et l'Ordre de Citeaux au Portugal. sep. *Revista Portuguesa de História*. 16. Coimbra: Instituto de História Económica e Social.

COCHERIL, Fr. Maur (1978b). *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: FCG, Centro Cultural Português.

COCHERIL, Fr. Maur (1982). D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais. sep. *Actas - Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 5. Guimarães, [s.n.], (Braga, Barbosa & Xavier).

COCHERIL, Fr. Maur (1983). *Note sur la décoration de l'église de l'abbaye cistercienne de Santa Maria de Cós, Alcobaça*, desenhos António Manuel Guimarães Natividade Coelho. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça.

COCHERIL, Fr. Maur (1989). *Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: IN-CM.

GOMES, Saúl António (1998). *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura.

HERCULANO, Alexandre (1847). *O Monge de Cister*. 2ª ed.. Lisboa: Imp. Nacional. <http://purl.pt/294>.

HERCULANO, Alexandre (1980-1981). *História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*. pref. e notas críticas de José Matoso, Vol. IV. Lisboa: Bertrand, 1980-1981.

MARQUES, José (2002). A Pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos. in *Via spiritus* 9: 317-347. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3484.pdf>.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1980). *Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister*. Sep. Rev. Portuguesa de História, 18. Coimbra: Instituto de História Económica e Social.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998) *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998). O mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas. Separata de *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens*. Colóquio Internacional. 16-20 Junho 1998;

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2001). *A Família do Venturoso e a Ordem de Cister*, III Congresso Histórico de Guimarães, realizado em Outubro de 2001. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4893.pdf>

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2004). Entre o céu e a terra: os mosteiros cistercienses da

Beira no séc. XVI. In *Tarouca e Cister. Espaço, Espírito e poder*. Actas – Setembro 2002. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca. pp. 225-252

MARTINS, Ana Maria Tavares (2012). Maceira de Covelliana: da Cidade Monástica à Cidade do Homem. *Ubimuseum01*, Covilhã: Museu de Lanifícios (em rede).

MARTINS, Ana Maria Tavares (2013). Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras. *Ubimuseum02*. Covilhã: Museu de Lanifícios. (em rede).

Mosteiro de Alcobaça (2000). Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico

NATIVIDADE, Joaquim Vieira da (1942). *Os monges agrónomos do Mosteiro de Alcobaça*. Alcobaça: tipografia Alcobacense.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira da (1944). As Granjas do mosteiro de Alcobaça. sep. do *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. n. 5. Lisboa: Tip. Ramos.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira da e Abreu, Marques (1937). *O Mosteiro de Alcobaça: notas históricas: a Igreja: os túmulos: o Mosteiro*. Porto: Marques Abreu.

NATIVIDADE, Manuel Vieira da (1885). *O Mosteiro de Alcobaça: notas históricas*. Coimbra: Imp. Progresso.

NATIVIDADE, Manuel Vieira da (1890). *Roteiro archeologico dos coutos d'Alcobaça*. Alcobaça: Typ. de A. Coelho da Silva.

NATIVIDADE, Manuel Vieira da (1915). D. Fr. Estevam Martins e as escolas públicas do Mosteiro d'Alcobaça. sep. *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*.

NATIVIDADE, Manuel Vieira da e NATIVIDADE, Joaquim Vieira da (1960). *Mosteiro e coutos de Alcobaça*. Alcobaça.

PACAULT, Marcel (1993). *Les moines blancs*. Histoire de l'Ordre de Cîteaux. Paris : Fayard.

PEREIRA, António dos Santos (1997). A Fronteira Beirã no tempo de D. Afonso Henriques. Algumas notícias covilhanenses. pub. in *Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Vol. II/ A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho. pp. 201-221.

PEREIRA, António dos Santos (2003). *Portugal. O Império Urgente (1475-1525): 1º vol. Espaços, Homens e Produtos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEREIRA, António dos Santos (2008). Os livros, as livrarias e as escolas na formação de Portugal. in António dos Santos Pereira e Maria da Graça Sardinha (coord.). *Bibliotecas e Literacia*. Covilhã: UBI. pp. 11-37.

PEREIRA, António dos Santos (2009). *Portugal Adentro do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Serviços Gráficos.

SANTOS, Fr. Manuel dos (1710). *Alcobaça Ilustrada*. Coimbra: Oficina de Bento Seco Ferreira.

SARAIVA, José Mendes da Cunha (1934). *Inquirições de D. Dinis na Beira, sep. Arquivo Histórico de Portugal*, vol. I, Lisboa.